



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): Análise de correlações

Estudo Técnico nº 3 /2018/CAL/MD/CMRJ

Autores:

Ricardo da Silva Xavier de Lima
Consultor Legislativo de Meio Ambiente

Rafael Vargas Marques
Consultor Legislativo de Meio Ambiente

Coordenação:

Maria Cristina Furst de F. Accetta
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo

Novembro | 2018

COPYRIGHT DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

© 2018 Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a opinião da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nem dos seus parlamentares. São vedadas a venda, a reprodução parcial ou total e a tradução, sem prévia autorização por escrito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

RESUMO

O Brasil é signatário do acordo firmado entre 193 Países-membros das Nações Unidas na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. O documento final acordado listou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas. Coloca-se o desafio de viabilizar o cumprimento das metas dos ODS no âmbito municipal, o que, a depender do tamanho da estrutura pública – entre outros fatores –, requer a integração de ODS, que pode ser feita através de suas metas. Assim, o objetivo do presente trabalho foi estudar as correlações entre os ODS a partir da recorrência de temas específicos associados a suas metas. A pesquisa é exploratória analítico-descritiva com base na metodologia da Análise de Conteúdo. A partir dos resultados encontrados foi possível estabelecer micro e macro relações entre os ODS, que inclusive podem auxiliar em processos decisórios com maior ou menor disponibilização de recursos. Uma das considerações acerca dos resultados é a de que o senso comum pode não ser o melhor método para correlacionar dois ou mais ODS. Como desdobramento deste estudo, cabe, entre outras ações, verificar a eliminação de metas não aplicáveis ao contexto municipal ou mesmo ao Brasil, que vive realidade socioambiental distinta de países mais avançados na implementação da Agenda 2030.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; ODS; metas; correlação; Análise de Conteúdo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	5
MATERIAIS E MÉTODOS.....	9
Referencial Técnico Metodológico.....	9
Procedimentos Metodológicos.....	10
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

INTRODUÇÃO

O Brasil foi um dos países signatários do acordo firmado entre 193 Países-membros das Nações Unidas na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, em Nova Iorque. Nesse sentido, foi elaborada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O documento final acordado listou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas.

Em âmbito federal, a Presidência da República expediu o decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Há em tramitação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro projeto de lei que objetiva ‘adotar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como diretriz para a promoção de políticas públicas municipais, e criar o Programa e a Comissão para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’, dentre outras disposições.

O desafio é viabilizar o cumprimento das metas dos ODS no âmbito municipal, o que, a depender do tamanho da estrutura pública – entre outros fatores –, requer a integração de ODS, ainda que através de suas metas. Assim, este trabalho se propôs a estudar as correlações entre os ODS a partir da recorrência de temas específicos associados a suas metas.

Para atingir esse objetivo, foi realizada pesquisa exploratória analítico-descritiva com base na metodologia da Análise de Conteúdo. Além da revisão bibliográfica a respeito dos ODS, em que não foram encontrados trabalhos nacionais similares, fez-se um breve referencial teórico-metodológico de maneira a fundamentar os procedimentos adotados para consecução do objetivo da investigação.

Espera-se que este Estudo sistemático possa evidenciar correlações entre os próprios ODS, possibilitando identificação eventual de potencialidades decorrentes dessas interrelações. Inclusive, vislumbra-se o potencial para favorecer o alcance dos Objetivos, tanto por meio da otimização de esforços quanto da economia de recursos, levando em conta a possibilidade de se agrupar demandas de diferentes frentes em uma mesma política pública.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em 2001, foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas), ponto central de uma agenda de desenvolvimento das nações pelos quinze anos seguintes (MÁXIMO, 2015). Ainda conforme este autor, os ODM, ratificados por 192 países, decorreram da Declaração do Milênio (ano 2000) e procuraram consolidar o esforço de construção de uma agenda social mais robusta por parte do sistema ONU, processo iniciado na década de 1990.

Conforme Máximo (*op. cit.*), a estruturação dos ODM é embasada em dois eixos centrais: desenvolvimento humano (*human development*) e gestão pautada em resultados (*results-based management*). Esta estrutura é criticada pelo autor por estar atrelada a uma visão particular de desenvolvimento em favor da globalização neoliberal. Outra crítica diz respeito ao fato de que o processo de negociação dos objetivos teria sido pouco participativo (*top-down*), o que possivelmente acarretou a eliminação, nos ODM, de elementos importantes presentes na Declaração do Milênio (MÁXIMO, 2015).

De acordo com Alves (2015), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vieram na esteira dos ODM, no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro. A definição dos 17 ODS se deu entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, durante a Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

A Tabela 1 apresenta os títulos resumidos que a ONU utiliza na divulgação dos ODS, bem como seus respectivos títulos completos, presentes em materiais de divulgação mais explicativos.

Tabela 1. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2018).

ODS	TÍTULO RESUMIDO	TÍTULO COMPLETO
1	Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3	Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4	Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

ODS	TÍTULO RESUMIDO	TÍTULO COMPLETO
5	Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6	Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
7	Energia Acessível e Limpa	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
14	Vida na Água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17	Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Consoante Máximo (2015), os ODM foram uma iniciativa multilateral composta por 8 objetivos, 18 metas e 48 indicadores, configurando-se o mais ousado compromisso internacional até a adoção dos ODS.

Diferentemente dos ODM, a definição dos objetivos, metas e indicadores dos ODS se deu com ampla participação democrática, estando representadas várias instituições, especialistas e organizações da sociedade civil, não sendo simples conciliar os múltiplos interesses dos grupos envolvidos (ALVES, 2015).

Com relação à força jurídica impositiva dos ODS, o texto não poderia ser tão audacioso se fosse juridicamente vinculante e estruturado em torno de mecanismos de comando e controle (DENNY *et al.*, 2017). De acordo com os autores, a inclusão de obrigações coercitivas poderia inibir a ampla participação dos Estados-membros ou

desconstruir o esforço de se atingir um acordo em virtude da ausência de poder de polícia e de controle judicial, características típicas do Direito Internacional.

Em relação ao processo político de construção da Agenda 2030, centrada nos ODS, Máximo (2015, p. 16) sustenta que, “se comparada à estruturação dos ODM, esta se deu de forma bem mais inclusiva”. Na visão desse autor, o processo de negociação dos ODS esteve muito mais aberto ao princípio da inclusão (*bottom-up*), de maneira que permitiu a participação ativa de países em desenvolvimento e diversos setores da sociedade civil, gerando uma agenda global consideravelmente abrangente.

Gomes *et al.* (2016) defendem que o acordo para firmar resolução estabelecendo os 17 ODS, que compõem a Agenda 2030, por parte de todas as nações integrantes da ONU, evidencia um consenso em nível mundial. Tal consenso, segundo os autores, está direcionado ao dever que um Estado moderno tem de atender as demandas sociais, prezar pelas presentes e futuras gerações e contribuir com ambiente salutar para o crescimento econômico.

Denny *et al.* (2017) definem a Agenda 2030 como uma declaração internacional, um acordo político assinado por todos os membros das Nações Unidas.

Ainda que não seja mecanismo impositivo, a Agenda 2030 pretende incitar compromissos ambiciosos e orientar políticas públicas. Para tanto, estabelece um conjunto de metas e objetivos universais (DENNY *et al.*, 2017). Logo, por não ter uma força coercitiva, a Agenda 2030 se propõe a articular governança socioambiental global com diversas arenas de autoridade transnacional, internacional, nacional e subnacional, e com empresas, organizações, indivíduos e outros atores (DENNY *et al.*, 2017).

Por outro lado, Alves (2015) defende que os ODS não conseguem resolver as incompatibilidades do tripé da sustentabilidade (as dimensões social, econômica e ambiental). Tampouco avançam o suficiente na capacidade de governança global para reverter o rumo do modelo de acumulação de riqueza.

Denny *et al.* (2017) sustentam que, por ser uma declaração sem poder coercitivo, a Agenda 2030 permanece com os pontos positivos e negativos de cartas de princípios e iniciativas similares anteriores, especialmente em relação à falta de medidas de monitoramento e de ferramentas de financiamento.

A Comissão de Estatística da ONU é composta pelos institutos de estatística oficiais dos Estados-membros, os quais não possuem a *expertise* em todos os temas dos ODS, uma das razões pelas quais o primeiro rascunho divulgado contém indicadores repetidos dos ODM, outros novos, outros precariamente definidos, indicadores simples e indicadores praticamente impossível de serem mensurados (ALVES, 2015). Segundo esse autor, quase todos esses indicadores iniciais dos ODS não apresentam a definição exata de mensuração e fonte de dados, inexistindo metadados.

Mesmo assim, os ODS compõem uma agenda positiva e extremamente oportuna para as nações, trazendo para o Brasil, em particular, uma perspectiva de longo prazo ausente na maior parte das políticas públicas estabelecidas (GOMES *et al.*, 2016).

Referencial Teórico Metodológico

O presente trabalho acadêmico é pautado metodologicamente pela Análise de Conteúdo, que pode ser definida como:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visa a ter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.” (BARDIN, 1977, p. 42)

A Análise de Conteúdo se refere à segregação do conteúdo do discurso e à identificação de unidades de análise ou grupos de representação para categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível reconstruir significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da realidade (SILVA *et al.* 2005).

Para Laville e Dionne (1999), a Análise de Conteúdo consiste basicamente em desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo a ser analisado para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação em maior plenitude.

Conforme Farago e Fofonca (2012), este tipo de análise procura trazer ao mundo da pesquisa científica um método de investigação concreto e operacional. Não obstante, Rocha e Deusdará (2005) se sustentam em Bardin para conceituar a Análise de Conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que aposta grandemente no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto.

Bardin (*op. cit.*) sustenta que, em uma última análise, qualquer tipo de comunicação (qualquer ‘transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este’) deveria/poderia ser escrito e decifrado pelas técnicas de Análise de Conteúdo.

Ainda quanto à aplicação do método da Análise de Conteúdo, Laville e Dionne (*op. cit.*) se posicionam de maneira similar, defendendo que pode ser aplicada a uma grande diversidade de materiais, assim como permite abordar uma variedade de objetos de investigação, uma lista praticamente infindável de possibilidades.

É relevante ressaltar que a Análise de Conteúdo não é um método rígido no sentido de uma receita com etapas bem circunscritas, em que basta apenas transpor em uma ordem determinada para ver surgirem belas conclusões (LAVILLE e DIONNE, 1999, *op. cit.*). Ainda de acordo com esses autores, a Análise de Conteúdo constitui um conjunto de vias possíveis – nem sempre claramente balizadas – para revelação dos resultados.

Silva *et al.* (2015, *op. cit.*) destacam que o método da Análise de Conteúdo não se limita a um esquema rígido de utilização. Inclusive, os autores recomendam que o pesquisador aproveite essa flexibilidade, apenas ressaltando o desafio de imprimir nitidez ao quadro teórico e à postura metodológica.

Procedimentos Metodológicos

O alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se dará por meio do cumprimento das suas 169 metas. A distribuição das metas pelos ODS, contudo, não é numericamente homogênea. Por exemplo, os ODS 7 e 13 têm cinco metas associadas a cada um, enquanto outros ODS têm dez ou mais metas. A Tabela 2 faz essa associação entre os ODS e as respectivas quantidades de metas.

Tabela 2. Distribuição de metas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ODS	QTD DE METAS
1	7
2	8
3	13
4	10
5	9
6	8
7	5
8	12
9	8
10	10
11	10
12	11
13	5
14	10
15	12
16	12
17	19
TOTAL	169

O documento intitulado “Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional”, publicado pela ONU em 2016 como guia para estados e municípios se inspirarem em boas práticas brasileiras no contexto da Agenda 2030, lista uma série de iniciativas já em curso, envolvendo entidades públicas e privadas (ONU, 2016). Para várias dessas iniciativas, há identificação dos ODS com os quais estão relacionadas, como se pode ver na Tabela 3.

Tabela 3. Ações empreendidas pela ONU no Brasil para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2016).

AÇÃO	ODS RELACIONADOS
Caravana Siga Bem e ONU se unem para promover os Direitos Humanos pelo Brasil por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU Brasil	Todos
A UNIDO e o fortalecimento de capacidades em energias renováveis contra o aquecimento global	7, 9, 13
Educação em Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável - UNESCO Brasil	4, 13
Mobilidade Urbana e ODS - Equipe de país das Nações Unidas no Brasil	3, 4, 5, 7, 9, 11, 17
Alinhamento do Voluntariado Corporativo aos ODS e fortalecimento das capacidades da sociedade civil com os ODS - UNV Brasil	16, 17
Programa Uma Vitória Leva à Outra - Escritório da ONU Mulheres no Brasil	3, 4, 5
Parceria UNESCO e TV Escola: divulgando o conhecimento sobre o ODS 4 - UNESCO Brasil	4
Estratégia de fortalecimento da participação de jovens das populações-chave nas respostas nacionais e locais à epidemia de AIDS - UNAIDS, UNESCO, UNICEF E UNFPA	3, 5, 10, 16
Campanha dos ODM para os governos locais e regionais - PNUD Brasil	17
A Observação Internacional dos Impactos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro sobre os ODMs nos municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) - ONU Habitat	Todos
O Valente não é violento - GT de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil	4, 5, 16
Territorialização dos ODS - PNUD Brasil	Todos
Compromisso das prefeituras no Brasil com a Declaração de Paris - UNAIDS Brasil	3, 4, 5, 16, 17
Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade - Escritório da ONU Mulheres no Brasil	5, 10
Localização dos ODS no Estado de São Paulo - PNUD Brasil	Todos

AÇÃO	ODS RELACIONADOS
Como o modelo de parceria com setor privado para promover a igualdade de gênero por meio dos WEPs contribui para a implementação da Agenda 2030 - ONU Mulheres e Pacto Global das Nações Unidas	5, 8, 17
Orçamentos Sensíveis a Gênero - Escritório da ONU Mulheres no Brasil	5
A Confederação Nacional de Municípios do Brasil (CNM) - PNUD Brasil	Todos
Cooperação para o desenvolvimento em energias renováveis para a mitigação da mudança climática – UNIDO	7, 8, 9, 12, 13, 17
Projeto Escolas e Comunidades Ativas - PNUD Brasil	3, 4, 5, 11, 17
Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica (PeSCA)	1, 2, 8, 14, 15
PAGE – Partnership for Action on Green Economy	1, 2, 8, 15
Sala de Situação: Direito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres em tempo de epidemia da SCZv (Síndrome Congênita do Zika vírus) - ONU Mulheres, OPAS/OMS e UNFPA	3, 5
Programa Mais Médicos e Saúde de qualidade	3
Bem Viver - ODS Indígenas - PNUD Brasil	1, 2, 15, 16
Enfoque integrado para a sustentabilidade ambiental no planejamento do desenvolvimento - PNUMA Brasil	6, 12, 13, 14, 15, 17
Programa Oeste em Desenvolvimento - PNUD Brasil	Todos
Projetos de Parceria Público Privado – PNUD Brasil	8, 9, 11, 15, 17
Projeto Implementação do Modelo de Protocolo Latino-americano para investigar as mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídios/feminicídios) - Escritório da ONU Mulheres no Brasil	5, 16
Centro de Excelência contra a Fome	1, 2, 17
Cooperação Descentralizada para Alcançar o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico	1, 8, 10, 17
Sistema de Indicadores de Trabalho Decente - OIT Brasil	1, 8, 10
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD Brasil	Todos
Iniciativa da Prosperidade das Cidades como uma ferramenta de monitoramento dos ODS - Escritório Regional para América Latina e o Caribe da ONU-Habitat	8, 16, 11, 17
Escravo nem Pensar - OIT Brasil	1, 8, 17
Retrato das Desigualdades - Escritório da ONU Mulheres no Brasil	5, 10, 16

A partir da análise dessas várias ações em curso no Brasil, com a participação da ONU, infere-se ser possível correlacionar diretamente diferentes ODS, a despeito de não terem sido encontrados resultados sistematizados dessas correlações – em pares de ODS mais correlacionáveis, por exemplo – nas plataformas *online* da ONU Brasil.

Buscou-se então categorizar cada uma das 169 metas, observando a que campo do conhecimento (tema) elas pertencem, uma a uma. A necessidade de escolha por

campos mais específicos ou mais abrangentes esteve entre as dificuldades que se impuseram, como se verá a seguir.

Em primeiro lugar, foram listadas cada uma das 169 metas. Analisando-as uma a uma, foi possível identificar a que temas específicos pertenciam. Em muitos casos, uma mesma meta se relacionava com mais de um tema. Cite-se, por exemplo, a meta 5.b, cujo texto propõe “Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres”. Pertencente ao ODS 5 (Igualdade de gênero), a meta pôde ser associada diretamente a dois temas: a) Igualdade de gênero; e b) Informação e comunicação.

Da mesma forma, a meta 1.5 (“Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais”), pertencente ao ODS 1 (Erradicação da pobreza), foi associada diretamente a três temas: a) Pobreza; b) Clima; e c) Economia.

Ao fim dessa etapa, verificou-se a existência de 114 temas, vários dos quais, portanto, incidentes em mais de uma meta e distribuídos por mais de um ODS.

Contudo, considerou-se essa quantidade muito elevada para se estabelecer correlações no interesse de otimizar ações públicas para o alcance dos ODS. Por esse motivo, foi realizada uma nova categorização em macrotemas, usando como critério subjetivo a afinidade para fins de política pública, conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Correspondência entre temas e macrotemas na análise de correlação dos ODS.

MACROTEMA	TEMA
Agricultura e Abastecimento	Agricultura
	Desperdício de alimentos
Capacitação	Capacitação
	Formação profissional
Clima	Clima
Cooperação internacional	Cooperação internacional
	Financiamento internacional
	Integração de estratégias
	Parcerias
	Paridade entre nações
Cultura e tradições	Comunidades locais
	Comunidades tradicionais
	Cultura

MACROTEMA	TEMA
Economia	Patrimônio cultural
	Comércio internacional
	Dívida externa
	Dívida pública
	Economia
	Economia global
	Financiamento
	Investimento estrangeiro
	Investimentos
	PIB
	Recursos financeiros
	Remessa internacional de divisas
	Serviços financeiros
Educação	Ensino
Energia	Eficiência energética
	Energias renováveis
	Universalização da energia
Governança	Gestão
	Governança global
	Transparência na gestão
Igualdade e justiça	Cidadania
	Corrupção
	Crime organizado
	Direitos fundamentais
	Escravidão
	Igualdade
	Igualdade de Gênero
	Inclusão
	Justiça
	Juventude
	Migração
	Paz
	Registro civil
	Trabalho infantil
	Tráfico de armas
	Violência
	Violência contra crianças
Violência de gênero	
Informação e comunicação	Informação e comunicação
Inovação e Tecnologia	Inovação e tecnologia
	Pesquisa científica

MACROTEMA	TEMA
Oceanos e economia da pesca	Oceanos
	Pesca
Planejamento urbano	Espaços públicos
	Gestão participativa
	Habitação
	Planejamento urbano
	Transporte
Pobreza e fome	Fome
	Pobreza
	Renda
Políticas públicas e legislação	Legislação
	Legislação trabalhista
	Política
	Política global
	Políticas públicas
Poluição	Poluição
	Poluição da água
Produção e consumo	Eficiência
	Indústria
	Infraestrutura
	Produção
	Produção e consumo
	Produtividade
Saneamento e Recursos Hídricos	Cooperação internacional pela água
	Desperdício de água
	Escassez de água
	Gestão integrada de RH
	Universalização do abastecimento de água
	Universalização do saneamento
Saúde e bem-estar	Acesso à saúde
	Bem-estar
	Doenças
	Drogas
	Mortalidade infantil
	Mortalidade materna
	Morte por acidentes
	Risco de saúde
	Saúde reprodutiva
	Saúde sexual e reprodutiva
Tabagismo	
Soberania	Soberania

MACROTEMA	TEMA
Sustentabilidade ambiental	Biodiversidade
	Combustíveis fósseis
	Desastres naturais
	Diversidade genética
	Ecosistemas
	Fauna e flora
	Impactos ambientais
	Patrimônio genético
	Patrimônio natural
	Proteção ambiental
	Qualidade ambiental
	Sustentabilidade
	Turismo sustentável
Terras e águas interiores	Florestas
	Montanhas
	Solos
	Terras e águas interiores
Trabalho e emprego	Emprego
	Trabalho não remunerado

Desse agrupamento resultou uma redução de 114 temas para 24 macrotemas, com distribuição conforme a Tabela 5.

Tabela 5. Totais de temas relacionados a cada macrotema.

MACROTEMA	TOTAIS DE TEMAS
Agricultura e Abastecimento	2
Capacitação	2
Clima	1
Cooperação internacional	5
Cultura e tradições	4
Economia	12
Educação	1
Energia	3
Governança	3
Igualdade e justiça	18
Informação e comunicação	1
Inovação e Tecnologia	2
Oceanos e economia da pesca	2
Planejamento urbano	5
Pobreza e fome	3

MACROTEMA	TOTAIS DE TEMAS
Políticas públicas e legislação	5
Poluição	2
Produção e consumo	6
Saneamento e Recursos Hídricos	6
Saúde e bem-estar	11
Soberania	1
Sustentabilidade ambiental	13
Terras e águas interiores	4
Trabalho e emprego	2
TOTAL DE TEMAS	114

Em resumo, os procedimentos até aqui realizados, em ordem cronológica, foram:

1. Listagem dos ODS com suas metas correspondentes;
2. Análise das metas individualmente e identificação dos temas específicos com os quais se relacionam; e
3. Agrupamento dos 114 temas, levantados na etapa anterior, em 24 macrotemas, para facilitar a identificação das correlações.

Um retrato específico da ocorrência dos macrotemas em cada ODS – e que auxiliará, posteriormente, na identificação das maiores correlações entre ODS – é trazido na Tabela 6. Observa-se que cada macrotema é quantificado por número de ocorrências em cada ODS. Por exemplo, o macrotema ‘Pobreza e fome’ é recorrente no ODS 1, com sete ocorrências. Outros ODS em que esse macrotema ocorre são o 2 e o 10, com duas ocorrências, e o 15 e o 17, com uma ocorrência cada um. Portanto, no macrotema ‘Pobreza e fome’, há maior correlação entre os ODS 1 e 2 e entre 1 e 10 do que entre 1 e 15 e 1 e 17.

Obtidos os macrotemas e identificados seus Objetivos de ocorrência, foi produzida uma matriz de correlação entre os ODS (Tabela 7).

Tabela 6. Ocorrência dos macrotemas em cada ODS.

MACROTEMA	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
Pobreza e fome	7	2								2					1		1
Igualdade e justiça	2	3		9	8	1		6	1	6	3					12	
Economia	3	2			1			5	4	4				3	3		12
Clima	1	1									1		4				
Políticas públicas e legislação	1			1	1			1		2				2		2	1
Agricultura e Abastecimento		6										1					
Produção e consumo		1					1	2	6		1	2					
Sustentabilidade ambiental		3		1		1		2	3		7	11	1	9	18		2
Saúde e bem-estar			13		1				1								
Poluição			1			1								1			
Capacitação			1	2												1	3
Educação				8													
Cultura e tradições				1		1					1				1		
Trabalho e emprego					1												
Saneamento e Recursos Hídricos						6											
Energia							5										
Cooperação internacional							1	1		1	1	1	2	1		1	7
Inovação e Tecnologia								2	4					2			5
Informação e comunicação									1			1	1			1	2
Planejamento urbano											6					1	
Oceanos e economia da pesca													1	14			
Terras e águas interiores															4		
Governança																2	1
Soberania																	1

Tabela 7. Matriz de correlação entre os ODS.

Objetivo	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
ODS 1	5	4	0	2	3	1	0	3	2	4	2	0	1	2	2	2	3
ODS 2	4	7	0	2	2	2	1	4	4	3	4	3	2	2	3	2	3
ODS 3	0	0	3	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1
ODS 4	2	2	1	6	2	3	0	3	2	2	2	1	1	2	2	3	3
ODS 5	3	2	1	2	5	1	0	3	3	3	1	0	0	2	1	2	2
ODS 6	1	2	1	3	1	5	0	2	2	1	3	1	1	2	2	1	1
ODS 7	0	1	0	0	0	0	3	2	1	1	2	2	1	1	0	1	1
ODS 8	3	4	0	3	3	2	2	7	5	4	4	3	2	5	2	3	5
ODS 10	4	3	0	2	3	1	1	4	2	5	2	1	1	3	2	3	4
ODS 11	2	4	0	2	1	3	2	4	3	2	7	3	3	2	2	3	2
ODS 12	0	3	0	1	0	1	2	3	3	1	3	5	3	2	1	2	3
ODS 13	1	2	0	1	0	1	1	2	2	1	3	3	5	3	1	2	3
ODS 14	2	2	1	2	2	2	1	5	3	3	2	2	3	7	2	2	5
ODS 15	2	3	0	2	1	2	0	2	2	2	2	1	1	2	5	0	3
ODS 16	2	2	1	3	2	1	1	3	2	3	3	2	2	2	2	7	5
ODS 17	3	3	1	3	2	1	1	5	4	4	2	3	3	5	3	5	10

Observa-se na Tabela 7 que cada número representa a quantidade de macrotemas comuns a dois ODS quaisquer. Por exemplo, os ODS 2 e 9 têm 4 macrotemas comuns. Por outro lado, os ODS 3 e 12 não têm macrotemas comuns. Ao analisar esses números, identifica-se a correlação cada vez maior entre ODS que têm mais macrotemas comuns. Da mesma forma, ODS sem macrotemas comuns não têm correlação direta. Atenta-se que os cruzamentos entre os mesmos ODS resultam em correlação total (100%), presentes na matriz apenas para fins comparação com outras correlações. Nessa esteira, pode-se observar que, dos cinco macrotemas pelos quais se distribuem as metas do ODS 1, quatro estão presentes também no ODS 2 (que tem sete macrotemas no total), evidenciando, *a priori*, uma forte correlação entre esses dois ODS, ou, pelo menos, de 1 (que tem cinco macrotemas no total) com 2.

A próxima etapa para identificação das maiores correlações foi uma análise ponderada das ocorrências dos macrotemas nos ODS, em que foram levadas em consideração tanto a quantidade de macrotemas comuns quanto sua distribuição pelas metas em cada ODS.

Para cada ODS, inicialmente se verificou a quantidade de macrotemas ocorrentes e suas maiores correlações, nesse aspecto, com outros ODS. Após, foram identificadas as distribuições de todos os macrotemas ocorrentes no ODS referencial por suas metas próprias. Em seguida, o mesmo procedimento foi feito com os ODS mais correlacionados, utilizando com base suas próprias metas. Ou seja, pode-se verificar quantas vezes aqueles macrotemas comuns foram associados às metas de cada ODS correlacionado ao referencial. A Tabela 8 exemplifica os totais de macrotemas e de sua distribuição pelas metas do ODS 4 e pelas metas dos seus ODS mais correlacionados.

Tabela 8. Exemplo de distribuição de macrotemas comuns pelas metas dos ODS mais correlacionados com o ODS 4.

Referencial		ODS com macrotemas comuns ao referencial					
ODS 4		ODS 8		ODS 16		ODS 17	
Total de macrotemas ocorrentes no ODS 4	Distribuição dos macrotemas ocorrentes no ODS 4 por suas metas	Total de macrotemas comuns ao ODS 4	Distribuição dos macrotemas comuns ao ODS 4 nas metas do ODS 8	Total de macrotemas comuns ao ODS 4	Distribuição dos macrotemas comuns ao ODS 4 nas metas do ODS 16	Total de macrotemas comuns ao ODS 4	Distribuição dos macrotemas comuns ao ODS 4 nas metas do ODS 17
6	22	3	9	3	15	3	6

Na Tabela 8 o ODS 4 tem seis macrotemas, dos quais três ocorrem também nos ODS 8, 16 e 17. Assim, o ODS mais correlacionado com o 4 foi aquele que teve a maior distribuição desses três macrotemas comuns por suas metas. Nesse caso, trata-se do ODS 16, com quinze distribuições. Note-se que a ponderação foi feita multiplicando-se o total de macrotemas comuns em cada ODS correlacionado pela distribuição por suas metas. Os que obtiveram o maior valor foram considerados os mais correlacionados aos respectivos ODS de referência.

Apenas em relação ao ODS 6, a maior correlação foi identificada com um ODS que não teve a maior quantidade de macrotemas comuns, mas sim a maior distribuição nas metas. Trata-se do ODS 15. O produto entre os dois fatores apresentou valor superior aos valores das demais correlações, conforme a Tabela 9.

Tabela 9. Distribuição de macrotemas comuns pelas metas dos ODS mais correlacionados com o ODS 6.

Referencial		ODS com macrotemas comuns ao referencial					
ODS 6		ODS 4		ODS 11		ODS 15	
Total de macrotemas ocorrentes no ODS 6	Distribuição dos macrotemas ocorrentes no ODS 6 por suas metas	Total de macrotemas comuns ao ODS 6	Distribuição dos macrotemas comuns ao ODS 6 nas metas do ODS 4	Total de macrotemas comuns ao ODS 6	Distribuição dos macrotemas comuns ao ODS 6 nas metas do ODS 11	Total de macrotemas comuns ao ODS 6	Distribuição dos macrotemas comuns ao ODS 6 nas metas do ODS 15
5	10	3	11	3	11	2	19

Nesse recorte, a despeito de possuir uma menor quantidade de macrotemas comuns com o ODS 6 (em comparação com os demais), o ODS 15 foi identificado como o mais correlacionado, pois o produto da quantidade de macrotemas comuns ao 6 com a distribuição destes pelas próprias metas apresentou o maior valor em 15.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cumpridas as etapas descritas na metodologia, pôde-se obter as maiores correlações entre os ODS, conforme a Tabela 10.

Tabela 10. ODS mais correlacionados com cada um dos ODS de referência.

ODS de referência	Título resumido do ODS de referência	ODS mais correlacionado(s)
1	Erradicação da Pobreza	10
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	8
3	Saúde e Bem-Estar	17
4	Educação de Qualidade	16
5	Igualdade de Gênero	8 e 10
6	Água Potável e Saneamento	15
7	Energia Acessível e Limpa	8 e 12
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	17
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	8
10	Redução das Desigualdades	1 e 8
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	8
12	Consumo e Produção Responsáveis	17
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	14
14	Vida na Água	17
15	Vida Terrestre	17
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	17
17	Parcerias e Meios de Implementação	14

Observa-se na Tabela 10 que, a despeito de cada ODS de referência ter um ou dois ODS mais correlacionados, não há necessária reciprocidade na análise inversa. Ou seja, o fato de o ODS 2 ter no ODS 8 sua maior correlação não leva, necessariamente, à conclusão de que o inverso é verdadeiro. Isso é explicado em face das ponderações feitas na etapa de metodologia para aferição de maiores compatibilidades.

Por exemplo, o ODS 2 tem oito metas, às quais foram associados sete macrotemas. Desses, quatro macrotemas são comuns também ao ODS 8, mesma quantidade na comparação com os ODS 1, 9 e 11. Ocorre que a distribuição desses quatro macrotemas comuns ao ODS 2 pelas metas do ODS 8 (15 vezes) é maior do que nos demais casos (13, 14 e 12 vezes, respectivamente). Portanto, 8 é mais correlacionado com 2 do que qualquer outro ODS.

Por outro lado, conforme a Tabela 10, o ODS mais correlacionado com 8 é o 17, e não o ODS 2. Isso se explica, por um lado, pelo fato de que 8 e 17 têm cinco macrotemas comuns, enquanto 8 e 2 têm quatro macrotemas comuns. Por outro lado, o resultado da ponderação entre os ODS (feita pelo produto de macrotemas comuns ao ODS 8 pela distribuição nas metas próprias dos demais ODS, cujo valor final é significativamente maior para o ODS 17 (5 x 27) do que para o ODS 2 (4 x 9).

Uma visão mais ampla admitiria ainda correlações com mais de um ODS em todos os casos, como demonstrado na Tabela 11. Note-se que, para obtenção desse resultado, levaram-se em consideração não todas as correlações, mas sim aquelas que se mostraram quantitativamente suficientes para elaboração de políticas públicas comuns, mais abrangentes. Em outras palavras, foram dispensados da comparação os ODS com poucos macrotemas comuns ao ODS de referência, sem que se tenha feito uso, necessariamente, de uma linha de corte quantitativa.

Tabela 11. ODS melhor correlacionados a cada um dos ODS de referência.

ODS de referência	Título resumido do ODS de referência	ODS melhor correlacionados
1	Erradicação da Pobreza	2 e 10
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	1, 8, 9, 10, 11 e 17
3	Saúde e Bem-Estar	4, 5, 6, 9, 14, 16 e 17
4	Educação de Qualidade	8, 16 e 17
5	Igualdade de Gênero	1, 8, 9 e 10
6	Água Potável e Saneamento	2, 4, 8, 9, 11, 14 e 15
7	Energia Acessível e Limpa	8, 11 e 12
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	2, 9, 14 e 17
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	2, 8 e 17
10	Redução das Desigualdades	1, 2, 5, 8, 14, 16 e 17
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	2, 6, 8, 9, 12, 13 e 16
12	Consumo e Produção Responsáveis	2, 8, 9, 11, 13 e 17
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	11, 12, 14 e 17
14	Vida na Água	8, 9, 10, 13 e 17
15	Vida Terrestre	1, 2, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 14 e 17
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	4, 8, 10, 11 e 17
17	Parcerias e Meios de Implementação	8, 9, 10, 14 e 16

Um olhar mais específico (Tabela 10) ou mais amplo (Tabela 11) para um gestor público municipal desejoso de levar a cabo o compromisso brasileiro com o atendimento à Agenda 2030 pode ser determinado pela disponibilidade de recursos financeiros e de outra ordem. Prefeituras mais ricas eventualmente têm mais recursos para elaborar políticas públicas mais específicas, utilizando-se da Tabela 10 como

referencial de correlações. O oposto ocorre com prefeituras de cidades menores, que, dispendo de poucos recursos, podem optar por agrupar mais ODS em cada política pública, conforme a Tabela 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a identificar as melhores correlações entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Para tanto, lançou-se mão de uma metodologia que levou em conta as quantidades de macrotemas comuns a cada ODS em relação aos ODS de referência e sua distribuição pelas metas próprias. O produto desses dois números resultou em valores comparáveis. Os ODS que apresentaram maiores valores, em cada caso, foram considerados os mais correlacionados com os ODS de referência. Esse procedimento foi realizado dezessete vezes, ou seja, aplicado a cada ODS.

Os resultados evidenciaram que o senso comum pode não ser o melhor método para correlacionar dois ou mais ODS, ou seja, utilizando-se apenas seus títulos como referencial de correlação. De uma análise meta a meta, em cada ODS, pode-se extrair temas ocorrentes em outros ODS, conforme a metodologia apresentada. Neste estudo, foram levantados 114 temas, posteriormente agrupados em 24 macrotemas.

Pondera-se que a reaplicação fiel da metodologia desenvolvida pode levar a resultados diferentes, uma vez que a identificação dos temas e de seu agrupamento em macrotemas é imbuída de certa subjetividade analítico exploratória. O desafio foi, no contexto da Agenda 2030, realizar um procedimento metodológico criterioso que possa ser útil no desenvolvimento de políticas públicas municipais, levando em consideração a disponibilidade de recursos de cada administração.

Como desdobramento possível desta pesquisa, tem-se a investigação sobre a existência e o desenvolvimento de estudos estrangeiros que correlacionem ODS. Tal consideração é decorrente do fato de que não foram encontradas pesquisas acadêmicas, em bases de dados nacionais, evidenciando essas correlações.

Um próximo passo da presente pesquisa pode ser a análise de correlações considerando a eliminação de metas não aplicáveis ao contexto municipal ou mesmo ao Brasil. Isso em virtude do fato de que o país vive realidade socioambiental distinta de outros países, inclusive que já tenham cumprido passos importantes estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, referencial para desenvolvimento da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quindênio (2015-2030) do século XXI**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 32, n. 3, São Paulo, set./dez., 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Presses Universitaires de France, 1977.

DENNY, Danielle Mendes Thame; PAULO, Roberto Ferreira; CASTRO, Douglas de. **Blockchain e Agenda 2030**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v.7 n.3, dez., p. 121-141, Brasília, 2017.

FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. **A Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações**. Revista Linguagem, v. 18, p. 01-05, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

GOMES, Marcelo Barros; ALBERNAZ, Leonardo Rodrigues; NASCIMENTO, Arlene Costa; TORRES, Felício Ribas. **Accountability e Transparência na Implementação da Agenda 2030: As Contribuições do Tribunal de Contas da União**. Revista do TCU, Tribunal de Contas da União, n. 136, Maio/Ago., p. 76-91, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MÁXIMO, Lucas Moura. **A Agenda 2030 de desenvolvimento da ONU: os desafios e potencialidades dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o continente africano**. Revista Perspectiva, ano 8, n. 15, Porto Alegre, jun./jul., 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. Plataforma Agenda 2030. **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/ods/17/>>. Acesso em: 4 de setembro de 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional**, 2016. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>.> Acesso em: 9 de agosto de 2018.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e análise do discurso.** Revista Alea, v. 7, n. 2, julho-dezembro, p. 305-322, 2005.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatris Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da Análise de Conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método.** Revista Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 7, n. 1, p. 70-81, Universidade Federal de Lavras, MG, 2005.